

DIÁRIO DE VIAGEM

Relatório detalhado das diligências realizadas pela Delegação *in itinere*

A Comissão Arns viajou ao Pará para coletar informações e cobrar autoridades sobre a violência contra trabalhadores rurais e comunidades tradicionais na região

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns (Comissão Arns) esteve no Pará, entre os dias 15/04/23 e 20/04/23, com uma delegação constituída para visitar territórios marcados pela violência no campo e pela negligência estatal, nos municípios de Marabá, Eldorado do Carajás, Anapu, Altamira e Belém.

O objetivo da expedição foi exigir respostas a uma série de crimes cometidos contra as comunidades locais e seus defensores, como o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em 2005, e o extermínio de uma família de ribeirinhos em São Félix do Xingu, em 2022, caso que, mais de um ano depois, até hoje segue sem resolução na Justiça.

Estiveram presentes na delegação a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, o ex-ministro dos Direitos Humanos Paulo Vannuchi, o ex-secretário da Justiça de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., o ex-Consultor Jurídico e ex-secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça Luiz Armando Badin, Julia Rezende, jornalista, e a psicóloga Leana Naiman Bergel Friedman, pela Comissão Arns, bem como o advogado da Comissão Pastoral da Terra José Batista Afonso. Cláudia Maria Dadico, Ouvidora Agrária Nacional, e Ana Cláudia Pinho, promotora de Justiça do Ministério Público Estadual do Pará, acompanharam as principais ações.

O roteiro da Comissão Arns passou por assentamentos agrários, locais onde se desenvolvem programas de desenvolvimento sustentável e centros comunitários do estado, onde foram realizadas entrevistas, reuniões e audiências com vítimas, familiares e lideranças, assim como autoridades locais.

No último dia de viagem, a Comissão participou de audiência com autoridades estaduais, no gabinete do Procurador-Geral do Ministério Público do Pará, Dr. César Mattar, para discutir o andamento das investigações e medidas de proteção, além de fazer um alerta nacional a fim de evitar a reincidência de crimes violentos na região.

A programação da viagem da Comissão Arns foi realizada em conjunto com representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que aportaram seu conhecimento sobre a região. Esse foi o caminho diário da Delegação, em seu percurso pelo sudeste paraense.

Dia 1 (domingo) – 16/04/2023

Marabá

As visitas ao Pará começaram no município de Marabá, situado às margens da confluência entre os rios Itacaiúnas e Tocantins, onde o grupo da Comissão Arns escutou relatos feitos pelas comunidades do sul e sudeste do estado, no Centro de Formação Cabanagem, espaço de acolhimento a vítimas de trabalho análogo à escravidão.

Segundo o advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), José Batista, o Pará é líder no Brasil de assassinatos, chacinas e trabalho degradante em fazendas no Brasil.

Relatos ouvidos

- **Chacina, assassinato de lideranças e ameaças a advogado marcam acampamento de trabalhadores rurais que ocuparam área grilada por fazendeiros de Pau D'Arco, em crimes que permanecem sem a devida responsabilização legal**

Em 2017, depois de uma reintegração de posse a favor da Fazenda Santa Lúcia - mesmo sendo a fruto de grilagem, segundo foi alegado pelos declarantes -, 25 famílias de trabalhadores rurais voltaram a acampar na área. De acordo com testemunhas, policiais militares cometeram uma chacina que vitimou nove homens e uma mulher. Dezesesseis pessoas foram indiciadas pelo massacre e devem passar por julgamento no Tribunal do Júri, ainda sem previsão. Quarenta dias após a chacina, Rosenildo Pereira, coordenador da Liga dos Camponeses Pobres, também foi executado quando saía da igreja em Rio Maria, próximo de Xinguara. O caso sequer tem inquérito aberto. Quatro anos depois, a testemunha-chave do episódio, Fernando dos Santos Araújo, foi morta com um tiro na cabeça no acampamento Jane Júlia, na mesma região do crime original. O crime também segue sem respostas das autoridades.

O advogado dos familiares das vítimas foi ameaçado e teve sua casa invadida por criminosos, mas, apesar das ameaças, continua acompanhando o caso.

- **Pistoleiros amedrontam comunidade em São Félix do Xingu. Município também é marcado pelo assassinato de Zé do Lago e sua família, em 2022, em crimes que permanecem sem a devida responsabilização legal**

A Comunidade Divino Pai Eterno, no município de São Félix do Xingu, está tomada por pistoleiros. De 2011 a 2016, seis trabalhadores rurais foram assassinados. Em 2021, fazendeiro da região fez novas ameaças e foi proibido de voltar à área, por medida cautelar. Em 2022, mais de 20 caminhonetes da associação de fazendeiros, com homens armados, invadiram a comunidade e intimidaram e agrediram moradores. **Neste ano**, uma pessoa foi assassinada no domingo de Páscoa, poucos dias antes da visita da Comissão. Apesar do inquérito aberto, ninguém foi preso.

No ano passado, a morte do ambientalista José Gomes, o Zé do Lago, sua esposa e sua enteada, em São Félix do Xingu, também marcou negativamente a região. Desde então, nenhum responsável pelo crime foi condenado, e a investigação está parada há um ano e três meses.

Com mais de 60 assassinatos no campo em 40 anos, segundo dados da CPT, o município ganhou uma infeliz reputação de impunidade e terra sem lei.

- **Comunidade Diamante vive sob constante ameaça**

Representantes da comunidade ribeirinha Diamante, no município de Itupiranga (PA), contaram sobre uma série de atentados que sofrem desde 2015, quando pistoleiros invadiram o acampamento onde vivem 172 famílias. Em 2018, as vítimas tiveram as casas queimadas e, em janeiro de 2019, fazendeiros da região invadiram o acampamento com trator para derrubar o sisal dos moradores. Há um processo judicial contra os trabalhadores rurais para que desocupem a área, mas a reintegração de posse está suspensa. As famílias, no entanto, vivem sob constante ameaça, por isso há rondas policiais na região pelo programa de proteção a defensores de direitos humanos.

- **Acampamentos do MST convivem com garimpo ilegal e contaminação de rios, além de ataques e constantes ameaças de despejo**

A delegação da Comissão Arns também conversou com moradores e lideranças dos acampamentos Hugo Chávez, em Marabá; Dalcídio Jurandir, em Eldorado do Carajás, e Eduardo Galeano, em município de Canaã do Carajás, todos do MST. O Acampamento Eduardo Galeano existe há sete anos e fica em área pública da União, em uma região rica em minério. Cerca de 110 famílias de trabalhadores rurais convivem com atividades ilegais de garimpo de ouro e cobre e são frequentemente ameaçados de morte. O garimpo ilegal atua na região com escolta de segurança armada, inclusive com fuzis, segundo relato das vítimas.

- **Viúva de vítima no Acampamento Raio de Luz tem escolta da polícia garantida pela OEA**

No Acampamento Raio de Luz, na Fazenda Água Branca, em Rondon do Pará, os membros da Comissão Arns ouviram relatos sobre o assassinato do sindicalista José Dutra da Costa, Dézinho, morto em 2000. Ele foi ameaçado durante oito anos. O pistoleiro que executou o crime foi condenado, mas está foragido. Quanto aos dois fazendeiros acusados de serem mandantes, um foi absolvido por falta de provas e outro foi condenado, mas continua solto. A viúva da vítima também sofre ameaças e seu caso foi denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que concedeu a ela o direito de escolta da polícia militar durante 24 horas por dia.

- **Invasão tem repercussão nacional, mas comunidade ainda vive sob medo**
No Acampamento Águas Boas, em Portel (PA), 30 famílias são constantemente

amedrontadas por pessoas armadas. No ano passado, o local foi invadido: os criminosos mataram os cachorros e queimaram barracos, motos e quadriciclos. Uma pessoa morreu e o caso teve repercussão nacional, mas sem efeitos para a comunidade local, que continua a conviver com o medo.

Dia 2 (segunda-feira) – 17/04/2023

Eldorado dos Carajás

Na segunda-feira (17/04), a Comissão Arns participou de um ato no Acampamento Pedagógico da Juventude Oziel Alves, em Eldorado dos Carajás, para homenagear os 21 trabalhadores rurais que foram assassinados por policiais militares na região em 1996, no Massacre de Eldorado dos Carajás. Organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a homenagem marca os 27 anos do crime, que ainda não foi completamente solucionado.

A manifestação aconteceu na Curva do S, lugar onde foi cometido o massacre, e recebeu integrantes do MST, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outros movimentos e organizações da sociedade civil.

No local, a delegação da Comissão Arns conheceu o Memorial do Massacre dos Sem Terras, onde há uma cruz de madeira que simboliza o crime e uma placa com os nomes de todos os mortos. Em seguida, visitou a Casa da Memória do Massacre de Eldorado dos Carajás, espaço idealizado pelo padre Luigi Muraro. Anteriormente, o imóvel era a casa de uma senhora que abrigou crianças no dia do massacre para que não fossem atingidas pelos policiais. O local conta com documentos e fotos deste e de outros casos do sul e do sudeste do Pará, como a chacina de Pau D'Arco e a morte do sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho.

Marabá - Terra Indígena Parakanã

Ainda na segunda-feira (17/04), de volta a Marabá, a delegação da Comissão Arns recebeu os relatos do povo indígena Parakanã, que vem sendo acusado e hostilizado desde que três jovens não indígenas, do município de Novo Repartimento, foram encontrados mortos na terra indígena. As 28 aldeias da TI Parakanã estão localizadas entre os municípios de Nova Repartição e Itupiranga e somam mais de 1.500 habitantes.

De acordo com os relatos dos indígenas e de seu advogado, comunidade como um todo está acuada nas aldeias, uma vez que nenhum de seus membros pode ir mais ao município, por medo de represálias. No entanto, é na cidade que eles resolvem

questões de benefícios sociais e de saúde, de modo que o clima generalizado de ódio e intolerância impede uma convivência pacífica entre comunidades afetadas, tanto de indígenas quanto de não-indígenas. Alguns indígenas estavam cursando ensino técnico em Novo Repartimento e tiveram de suspender os estudos, por medo de ameaças. Além disso, muitos professores que atuavam nas aldeias, assim como técnicos de enfermagem, deixaram o local.

Dia 3 (terça-feira) – 18/04/2023

Anapu

Na terça (18/04), a delegação da Comissão Arns conheceu o assentamento Irmã Dorothy Stang, no município de Anapu, em homenagem à missionária norte-americana referência na luta por justiça no campo, assassinada em 2005 por pistoleiros a mando de fazendeiros. A repercussão internacional do crime não cessou a violência na região: segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apenas entre 2015 e 2019, 19 pessoas foram assassinadas em Anapu devido à disputa agrária. No ano passado, mais violência: agressores queimaram duas casas e uma escola, e uma liderança local se viu obrigada a deixar o assentamento com medo de que seus filhos fossem mortos.

O clima de tensão é agravado por um fazendeiro da região que alega ser proprietário da área do assentamento, argumentando que os lotes teriam sido comprados de um terceiro sem que ele soubesse do histórico de grilagem. A disputa agrária leva a um terceiro problema, que impede a comunidade de ter fornecimento de energia elétrica. De acordo com relatório da CPT, mesmo antes de ser reconhecido pelo Incra, o assentamento foi incluído, em 2016, no programa federal Luz para Todos. O trabalho de instalação pela empresa de energia caminhou a passos lentos e, em 2020, quando as instalações estavam quase concluídas, o fazendeiro local entrou com uma ação de reintegração de posse na Justiça, que paralisou todo o processo.

Em 2022, a distribuidora de energia Equatorial Pará, responsável por garantir fornecimento para o município de Anapu, promoveu uma ação ostensiva no assentamento, narrado em relatório da CPT: “Na manhã do dia 29 de novembro, cerca de 14 viaturas da Polícia Militar entraram na área onde o INCRA pretende assentar as referidas famílias, junto com um oficial de Justiça da Vara única de Anapu, uma viatura do corpo de bombeiros, uma caminhonete Triton, da empresa PDRSX, dez caminhões Munck, quatro caminhonetes da Equatorial, duas carretas e uma caminhonete do Poder Judiciário de Anapu. O oficial declarou que a ação tinha como justificativa o cumprimento de uma decisão judicial, a qual determinava a retirada de toda a rede elétrica do assentamento. Nenhum documento foi oficialmente entregue às famílias e

a energia foi desligada. A comunidade não estava ciente do processo, nem da ação e muito menos foi ouvida.”

Atualmente, as casas do assentamento não têm energia elétrica – isso em um país que, segundo o IBGE, tem cobertura quase universal de energia para a população.

Houve uma oitiva de várias comunidades no Centro São Rafael, promovida pela Pastoral da Terra. Estavam presentes representantes do PA Irmã Dorothy Stang, PA Mata Verde, PA Mata Preta, PDS Esperança: Gleba Bacajá, PDS Virola Jatobá, Lotes 141-142: Gleba Belo Monte, Lote 109: Gleba Belo Monte, Lotes 59 e 61: Gleba Bacajá. Elas destacaram o alto grau de violência, ameaças, assassinatos e processos parados, desaparecidos ou inconcluídos, descritos anteriormente.

Dia 4 (quarta-feira) – 19/04/2023

Altamira

Na quarta-feira (19/04), a Comissão Arns esteve com representantes do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública da União em Altamira, além de escutar relatos do Conselho Ribeirinho. Nessa oportunidade, notou os sérios esforços encetados pelas autoridades que atuam no local, com dedicação, profissionalismo e zelo. Contudo, apesar de todo o esforço, não recebem respostas do sistema de segurança pública.

Belém

Em seguida, já em Belém, a delegação esteve na sede do SDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos) para receber relatos de comunidades tradicionais ameaçadas, além de conversar com defensores dos direitos humanos que estão no programa de proteção estadual. Na oportunidade, foram ouvidos relatos tocantes, muitas vezes em tom dramático, de pessoas em situação de extrema fragilidade, que é agravada pelo clima de terror ao qual sentem-se submetidas como vítimas de crônica violência.

Dia 5 (quinta-feira) – 20/04/2023

Belém

Na quinta-feira (20/04), a delegação da Comissão Arns participou de audiência com autoridades do Pará, no gabinete do Procurador Geral do Ministério Público do Estado

do Pará, César Mattar. Na reunião, as autoridades presentes se comprometeram a realizar, de agora em diante, reuniões periódicas do Ministério Público estadual com a recém-criada Secretaria de Direitos Humanos, liderada pelo secretário Jarbas Vasconcelos. Participaram da audiência o secretário-adjunto de segurança pública, Sr. Luciano de Oliveira; o Sr. Ibrahim Rocha, procurador do estado de Direitos Humanos, a Dra. Ana Cláudia Pinho, promotora de Justiça do Ministério Público Estadual, que também esteve com a Comissão Arns nas ações desta semana, e Erika Menezes, chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.